DISPÕE SOBRE O PROVIMENTO DO CARGO DE PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA E DÁ OU TRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte
Lei Complementar:

Art. 19. O Ministério Público do Estado tem por Chefe o
Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado, dentre
integrantes da carreira, indicados em lista tríplice formada por seus
membros, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos
membros da Assembleia Legislativa, para mandato de 02 (dois) anos, permi-
tida uma reconvocação.

Art. 20. A lista tríplice é elaborada mediante eleição
por voto secreto dos membros do Ministério Público do Estado em ativi-
dade, dentre os quais se realiza a escolha, observadas as condições de
elegibilidade previstas no artigo 40.

§ 19. Para esse efeito, é obrigatória a inscrição dos
candidatos até 15 (quinze) dias antes da data da eleição (artigo 59),
perante a mesa Eleitoral (artigo 60).

§ 20. A relação das inscrições requeridas deve ser pu-
blizada até 10 (dez) dias antes da data prevista no parágrafo ante-
rior, observado o disposto no artigo 60, § 20, "a".

§ 30. A relação definitiva dos inscritos é tornada pu-
blica, mediante edital, até 03 (três) dias antes da data do pleito.

§ 40. Os prazos deste artigo são reduzidos, no caso do
inciso II do artigo 59, de um terço ou da metade, conforme sejam ímpa-
res ou pares.

Art. 39. A lista tríplice é escolhida em um só
escrutínio, votando cada eleitor em até 03 (três) candidatos, na
mesma cédula.

§ 19. Não é admitido voto por procuração ou por
correspondência.

§ 20. A votação estende-se, no mínimo, por 04
(quatro) horas contínuas.

§ 30. São incluídos na lista os 03 (três) can-
diatos mais votados, observando-se, successivamente, para efeito
de desempate, os critérios de maior tempo de carreira, maior tem-
por de serviço público e idade mais avançada.

Art. 40. São condições de elegibilidade:

I - ter mais de 35 (trinta e cinco) anos de
idade;

II - contar mais de 10 (dez) anos de carreira no
Ministério Público do Estado;

III - estar no pleno exercício da atividade fun-
cional nos 30 (trinta) dias anteriores à data do pedido de
inserção.

Art. 59. A eleição para formação de lista trípli-
ce realiza-se:

I - no primeiro dia útil do mês de dezembro dos
anos pares, quando se tratar de renovação de mandato;

II - no décimo dia útil seguinte à vacância atec-
ipada do cargo, para cumprimento do restante do prazo de
mandato em curso, quando igual ou superior a 03 (três) meses.

§ 19. A data prevista neste artigo é tornada
pública em edital do Conselho de Procuradores, convocatório da
eleição.

§ 29. Verificada a vacância nos últimos 03 (três)
meses do mandato, responde pelo expediente da Procuradoria Geral
membro do Conselho de Procuradores, eleito pelos seus pares.
Art. 60. Os trabalhos da eleição são dirigidos por Mesa Eleitoral composta de 03 (três) membros do Ministério Público Estadual, em efetivo exercício (artigo 40, III), sendo um Procurador de Justiça, a quem cabe a presidência, e dois Promotores de Justiça de 3ª entrada, eleitos pelo Conselho de Procuradores.

§ 1º. A constituição da Mesa Eleitoral deve regular-se até 20 (vinte) dias antes da data prevista para a escolha da lista tríplice, prazo reduzido à metade no caso do artigo 59, II.

§ 2º. Compete à Mesa Eleitoral:

a) tornar pública a abertura das inscrições para o preenchimento do cargo de Procurador-Geral de Justiça;

b) decidir os pedidos de inscrição;

c) resolver os incidentes ocorridos durante a eleição;

d) apurar os votos e proclamar o resultado;

e) lavrar ata dos trabalhos, de que consente o número de votantes, os incidentes ocorridos, a votação de cada candidato e a indicação dos 03 (três) mais votados, encaminhando-a ao Conselho de Procuradores nas 24:00 (vinte e quatro) horas seguintes ao encerramento da eleição;

f) publicar a relação dos 03 (três) mais votados.

§ 3º. Cabe recurso, para o Conselho de Procuradores, das decisões da Mesa sobre:

a) a inscrição dos candidatos, no prazo de 40:00 (quarenta e oito) horas, a contar da publicação da relação nominal (artigo 59, § 2º), quando o recorrente houver impugnado a de alguns deles;

b) os incidentes da votação a partir da assinatura da ata (artigo 60, § 2º, "a"), quando interposto pelo sucedinte;


§ 4º. O recurso da alínea "b" do parágrafo anterior deve ser decidido no prazo de 24:00 (vinte e quatro) horas e os demais no de 48:00 (quarenta e oito) horas.

§ 5º. Os recursos têm efeito suspensivo.

§ 6º. As decisões do Conselho de Procuradores são finais.

Art. 70. Homologado e publicado o resultado final da eleição, por decisão do Conselho de Procuradores, a este compete, no prazo de 24:00 (vinte e quatro) horas, remeter a lista tríplice ao Governador do Estado, para os fins do artigo 19.

§ 1º. O nome escolhido pelo Governador deve ser autenticado, no prazo de 05 (cinco) dias, à contar do recebimento da lista tríplice, à aprovação da Assembleia Legislativa, que sobre ele delibera no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º. O recurso do prazo legal sem manifestação da Assembleia Legislativa importa em aprovação tácita do nome indicado.

§ 3º. É fixado em 30 (trinta) dias o prazo para a nomeação do candidato aprovado pela Assembleia Legislativa, sob pena de ficar autenticada sua posse (artigo 89).

§ 4º. Rejeitados pela Assembleia Legislativa todos os nomes da lista, repete-se o procedimento para a escolha de outra, na forma desta Lei.
Art. 89. O Procurador-Geral de Justiça toma posse perante o Conselho de Procuradores, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato que o nomear, nos termos desta Lei, ressalvado o disposto no § 3º do artigo 79.

Parágrafo único. Até a posse do que trata este artigo, permanece no exercício do cargo o titular anterior, salvo o caso de dito, renúncia ou impedimento legal superveniente, caso em que se observa o § 2º do artigo 59.


Art. 10. Em seus impedimentos eventuais e afastamentos temporários, o Procurador-Geral de Justiça é substituído pelo Procurador de Justiça que designar, dentre os membros do Conselho de Procuradores.

Art. 11. Na contagem dos prazos previstos nesta Lei observa-se o disposto no artigo 189 e respectivos parágrafos do Código de Processo Civil.

Art. 12. As publicações determinadas por esta Lei são obrigatoriamente feitas na imprensa oficial do Estado.

Art. 13. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.